

## Bispo apóia salesianos na CNBB

São Paulo — Acusados de genocídio pelo Tribunal Bertrand Russel, os missionários salesianos foram defendidos pelo Bispo da Prelazia de Rio Negro, Dom Miguel Alagna, em depoimento na 19ª Assembléia-Geral da CNBB, que divulgará uma moção de desagravo aos religiosos. O depoimento foi feito em reunião reservada do episcopado.

Referindo-se às críticas, Dom Miguel Alagna lembrou que, três dias antes de começarem as sessões do tribunal, recebeu uma intimação para apresentar a defesa, embora não fossem especificadas as acusações. O Arcebispo de Uberaba (MG), Dom Benedito Ulhoa Vieira, destacou que "isso chocou o episcopado: um tribunal que se arvora em tribunal democrático, que quer defender os direitos das pessoas, pisa nos direitos de um homem se defender, sem lhe dizer as acusações".

### DEFESA

Em defesa da atuação dos salesianos na Prelazia de Rio Negro, onde vivem 22 mil índios, Dom Miguel Alagna afirmou que há, na região, 126 escolas, das quais 117 em territórios indígenas onde, dos 317 professores, 280 são índios formados pelos missionários. Assegurou que as acusações de incentivo à prostituição não têm fundamento, observando que vivem em Manaus não mais que 150 índias. Quando todas casadas e com família, que saíram da Prelazia porque quiseram, e destacou que os salesianos não impuseram nenhuma língua aos índios. Lembrou que o nhêngatu, falado pelas várias tribos, é anterior à fundação da congregação.

Durante a reunião, o vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), D. Thomas Balduino, ressaltou que as acusações aos salesianos não partiram do órgão, como foi noticiado, mas de reportagem de jornais da região. O Bispo de Alagoinha (BA), Dom José Cornells, que já trabalhou na África, atribuiu a campanha contra os salesianos como parte de um movimento internacional contra as missões católicas também na África e na Ásia. Essa campanha, segundo ele, é desenvolvida por um movimento conhecido pelo nome de Europa dos Povos.

O tema central da Assembléia da CNBB, Vocações, Vida e Ministério do Presbítero, continuou a ser analisado ontem pelos bispos, sendo apresentadas algumas sugestões para atender os vários problemas apontados pelos padres. Em relação ao problema econômico do clero, foi proposto que se implante, em todas as dioceses, o sistema do dízimo, como uma contribuição mensal de todos os membros de uma comunidade para a sua manutenção. Esse sistema já foi aprovado em Assembléia da CNBB, há quase 10 anos, mas não foi implantado em todo o Brasil.

## Papa só proibiu ação partidária

São Paulo — O pronunciamento do Papa João Paulo II nas Filipinas, onde condenou o envolvimento dos padres em ações políticas, não afetará a atuação da Igreja no Brasil, segundo bispos que participam da 19ª Assembléia-Geral da CNBB. Lembraram que as advertências do Papa se referem à política partidária.

O Bispo de Valença (RJ), Dom Amauri Castanho, lembrou que até o Papa Pio XI foi acusado de sair da área religiosa ao condenar o nazismo, o fascismo e o comunismo. "Ele respondeu que, quando a política toca o altar, nós fazemos política no seu sentido amplo e não partidário. Vivemos o momento em que a política não só toca o altar, mas o homem e, assim, o seu Criador. Tudo o que desfigura o homem desfigura o Criador".

Segundo Dom Amauri Castanho, "a Igreja não perdeu a consciência de que sua visão é, acima de tudo, de salvação, mas salvação do homem todo, um homem que tem de ser salvo a partir do agora. Seria, realmente, um desastre se a política partidária penetrasse em nossas organizações, como as Comunidades de Base. O processo de politização, na área de Igreja, deve ser entendido como conscientização".

Para o Arcebispo de Uberaba (MG), Dom Benedito Ulhoa Vieira, o pronunciamento do Papa não restringirá a discussão sobre o problema do padre na Assembléia da CNBB, mas ao contrário, até nos estimulará. Há um equívoco grande sobre a palavra política, o que o Papa recomenda é o não envolvimento em política partidária e isso não é dito só por João Paulo II, mas é lei da Igreja. A nossa missão é de unidade e não de Partido".